

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR 18/09/2013

Aos dezoito dias do mês de setembro de dois mil e treze, às onze horas, na sala de reuniões da Reitoria do **Instituto Federal do Rio de Janeiro**, teve início a reunião **extraordinária** do Conselho Superior do IFRJ, sob a Presidência do Reitor, Fernando Cesar Pimentel Gusmão. O Presidente contou com a presença dos (as) senhores (as) Conselheiros (as): Luiz Edmundo Vargas de Aguiar (Conselheiro ex-Reitor), Zelma Fabri Marão (Representante Titular FECOMERCIO), José Firmino Nogueira Neto (Representante Suplente FAPERJ), Marilda Pimenta Melo (Representante Suplente dos FIRJAN), Rodney Cezar de Albuquerque (Representante Suplente Diretor-Geral), Paulo Chagas (Representante Titular Diretor-Geral), Jefferson Robson Amorim da Silva (Representante Suplente Diretor-Geral), Alexandre Mendes (Representante Titular Diretor-Geral), Anderson Wilson da Silva Henriques (Representante Titular Docente), Marcelo Nunes Sayão (Representante Titular Docente), Danilo Spínola Caruso (Representante Titular Docente) Renata Arruda Barros (Representante Suplente Docente), Magnus Amaral Lopes (Representante Suplente Técnico-administrativo), Ana Paula de Araujo Augusto (Representante Titular Técnico-administrativo), Paulo Victor Bento Honório (Representante Titular Discente), Francisco Aragão Azeredo (convidado) e Alba Marques Vieira (convidado).

No início da reunião, o Presidente relatou que recebeu da Comissão Eleitoral Central o Regulamento do Processo Eleitoral e a proposta de cronograma da eleição. Houve também dois memorandos encaminhados ao Conselho Superior. O primeiro memorando questionava sobre a existência da comissão eleitoral da Reitoria. O presidente leu a última ata que aprovou a comissão local da reitoria. Lembrou que foi votado pelo Conselho. O segundo memorando solicitava os comprovantes da constituição das comissões eleitorais locais através da entrega das atas à comissão central. O presidente lembrou que as comissões foram criadas numa reunião que ocorreu no maracanã. Em seguida, ele perguntou aos Conselheiros se há alguma questão referente a este tema. O Conselheiro Marcelo Sayão reafirmou sobre a importância de discutir sobre esse tema, para não prejudicar futuramente o processo eleitoral. Ele disse que há no instituto o problema da progressão docente d304 para d401. Ele relatou que por uma interpretação por parte da DGP, não estão sendo realizadas as progressões, impedindo que os docentes percam o direito de se candidatar e entregou ao presidente um parecer jurídico sobre o tema enviado pelo SINDCEFETEJ. O presidente relatou que no dia anterior a reunião do ConSup houve uma reunião da CPPD com a DGP e já estão verificando sobre a progressão. O Conselheiro Marcelo deu a palavra ao representante da comissão eleitoral, Francisco Aragão. Ele relatou que não está querendo discutir a decisão do ConSup, porém a comissão não entendeu a decisão do Conselho. O presidente lembrou que a Comissão Eleitoral da reitoria serve para fiscalizar o processo, aprovado na última reunião e relatado em ata. O Conselheiro Edmundo entendeu a posição da comissão, dizendo que a lei é contraditória, pois o processo eleitoral pode ser questionado. Ele relatou que o Conselho não pode assumir o risco. Ele relatou também que em relação à progressão, deve ser oferecido independente da eleição, não podendo prejudicar o servidor. A Conselheira Ana Paula relatou que fez um breve levantamento sobre a implantação dos *campi*, Arraial do Cabo e Paulo de Frontin, para a verificação da maior idade. O Conselheiro Luis Edmundo lembrou que qualquer argumento legal que justificasse os 5 anos de funcionamento do campus, como o início de matrícula e a portaria de autorização equivale como argumento legal. Deve-se atentar o que seria mais antigo, a portaria ou a matrícula do aluno, lembrando que alguns campi começaram em escolas municipais. O Conselheiro Rodney solicitou outra reunião extraordinária para tratar da eleição, pois será postergado o tema da carga horária docente. O presidente perguntou se dará prosseguimento ao assunto da progressão ou se será discutido a carga horária docente. O Conselheiro Marcelo Sayão solicitou que seja discutido o tema da eleição. O presidente perguntou aos conselheiros se manteria o assunto da eleição ou se manteria a pauta, e

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR

18/09/2013

50 perguntou quais seriam os pontos para serem tratados na reunião. Regulamento e calendário; progressão e existência da comissão local para eleição na Reitoria. Com 9 votos a favor, 2 abstenções e 1 contra, a pauta carga horária docente foi postergada. O primeiro ponto de pauta foi o Regulamento e calendário da eleição. O Conselheiro Rodney solicitou um tempo para que todos os conselheiros pudessem fazer a leitura e levantar destaques para a aprovação. Dando

55 continuidade, os conselheiros levantaram alguns destaques e o Regulamento do Processo Eleitoral e o calendário foi aprovado por unanimidade. O segundo ponto tratado foi à questão da progressão. O Conselheiro Jefferson lembrou sobre as progressões por salto dos técnicos administrativos. O presidente relatou que a progressão relatada é dos professores que estão com as progressões atrasadas, podendo impedir a participação da eleição. O Conselheiro Luiz

60 Edmundo relembrou do caráter autárquico das instituições, no qual concede autonomia. O MEC tem muita dificuldade de entender o nível de autonomia das instituições. No entanto, quem está no RH recebe circulares, notas técnicas e fica difícil a quem seguir. Ele relata que falta respaldo para determinar uma situação, no qual garante a sua situação jurídica e funcional. Ele entende a posição e propôs que ou a Reitoria ou este Conselho tem que dizer que é para

65 fazer isso que está aqui e sair uma Resolução, na qual se deva cumprir. A Conselheira Renata lembrou que já existe um respaldo do Conselho Superior referente às progressões por salto dos administrativos e não foi implementado. Ela relatou que não vê motivo das progressões docentes estarem represadas, já que a lei não mudou e o que se previa na Lei ainda se mantém. Ela propõe que deva haver uma interferência direta do Conselho referente às Progressões

70 docentes no sentido de fazer cumprir uma decisão do conselho. O presidente relatou que houve a progressão, o que falta é o pagamento do retroativo. Disse também, que o diretor de gestão de pessoas se submete a Procuradoria Federal (órgão de controle). Disse, ainda, que o Procurador está fazendo uma consulta à AGU a respeito do ponto do docente para que haja uma equiparação da carreira EBTT com a do nível superior. O Conselheiro Marcelo Sayão citou

75 novamente a progressão d 304 para d 401 onde impede que os docentes se candidatem, e nesse sentido ela se tornou mais urgente por causa da eleição. Ele propôs uma Resolução para destravar a progressão. Ele lembrou que na reunião do dia 19 de junho ele havia solicitado esse pedido. Ele relatou também que há diversos pontos que estão travados, onde esses temas poderiam ser tratados diretamente do sindicato com a reitoria. Hoje não há mais o GT de

80 demandas internas e os pontos cruciais estão reverberando no Conselho Superior. O conselheiro solicitou ainda que haja um ponto de pauta na próxima reunião denominada Demandas Internas. O presidente entendeu e foi decidido então, por unanimidade, que haverá uma Resolução propondo a imediata ação para as progressões e promoções represadas. Haverá também uma cobrança sobre a efetivação da progressão por salto dos administrativos. A outra

85 cobrança seria a respeito dos retroativos. O terceiro ponto de pauta é a existência da comissão local de eleições na reitoria. O Conselheiro Luis Edmundo lembrou que já foi resolvido, quando foi acrescentado pelo próprio conselheiro a inserção da Reitoria para os servidores que irão se candidatar à eleição. Dando continuidade, em assuntos gerais o Conselheiro Paulo Victor solicitou a criação de um fórum de estudantes para debater as demandas provenientes

90 dos estudantes de maneira coerente para ser levada ao ConSup. Foi pedido que o conselheiro Paulo Victor encaminhasse a proposta por e-mail para ser repassado aos conselheiros. O presidente comunicou que irá solicitar à Pró-Reitoria de Extensão a destinação de recursos para a participação desse conselho. O Conselheiro Alexandre Mendes comentou sobre a carreira dos técnicos administrativos através da regulamentação da carga horária para 30 horas. A

95 Conselheira Ana Paula relatou que foi feito um levantamento sobre isso, nos quais existem outros institutos que já regulamentam. A legislação cita que para aos servidores de atendimento contínuo com vários turnos poderá ser efetuada a carga horária das 6 horas. O presidente ratificou essa informação, relatando que uma das questões que fala a legislação é para aquele

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR
18/09/2013

100 servidor que tem atendimento público e contínuo. E a pergunta seria: qual é o setor da
instituição que tem esse atendimento contínuo. Os Conselheiros entendem que o atendimento
público pode ser interno e externo. O Conselheiro Paulo Chagas relatou que fez uma consulta à
DGP nos quais todos os setores do instituto são de atendimento ao público, tanto interno
quanto externo. O Conselheiro Rodney pontuou a necessidade da regulamentação das 30 horas.
105 O Conselheiro Luis Edmundo propôs a defesa de uma proposta ao CONIF para que se
estabeleça a redução da carga horária. O presidente solicitou que o Conselheiro Luiz Edmundo
possa redigir o documento. O Conselheiro Marcelo Sayão perguntou sobre a resolução acerca
das promoções e progressões. O presidente solicitou que um grupo de conselheiros se reunisse,
após o fim da reunião, para redigir o texto da referida resolução. O Presidente agradeceu a
110 presença de todos, encerrando a reunião às 13h e 25 minutos, e, nada mais havendo a ser
tratado, eu, Viviane Jordão, Secretária do Conselho Superior, encerro a presente Ata, que
seguirá assinada por mim e pelo Presidente.